



Índice

- 01** Comunidades tradicionais discutem políticas públicas
- 02** Autoridades investigam doença responsável por morte de 3 crianças indígenas
- 03** Artesanato indígena no Festival do Chocolate
- 04** Nesta terça (26), mutirões de documentação chegam a municípios das regiões Norte e Centro-Oeste
- 05** Indígenas debatem segurança com policiais do Brasil e do Paraguai
- 06** Povo das Águas atende ribeirinhos do alto Paraguai e São Lourenço
- 07** Indígenas Maraguá são ameaçados de morte na região do rio Abacaxis (AM)
- 08** MPF/AM promove seminário sobre direito de consulta prévia a comunidades tradicionais
- 09** Incra/MS publica relatório antropológico do território quilombola Família Araújo e Ribeiro
- 10** Os conflitos rurais no estado de São Paulo pela perspectiva das Organizações Sociais
- 11** Carta da Diocese de Ruy Barbosa lançada na 8ª Romaria da Terra e das Águas
- 12** Ato contra a reintegração de posse no Tekoa Itakupe, 29/08
- 13** Direitos indígenas: o que foi 2013? [publicação da OPAN para baixar]



- 14** Participe da Semana dos Povos Indígenas da UFRR
- 15** #Eleições2014 Vice de Marina Silva apoiou PEC que altera demarcação de Terras Indígenas #PEC215
- 16** Se a Funai não consegue proteger os Assurini contra a gripe, imaginem os isolados do Envira
- 17** Homem é o maior culpado pelo aumento de incêndios florestais
- 18** Debate na Band: jornalistas perguntam e candidatos respondem sobre questão indígena
- 19** Ambientalista abordará a riqueza dos povos da Amazônia em Congresso de Educação Ambiental
- 20** Editais contemplam a promoção da igualdade racial
- 21** Entrevista: Samia Barbieri fala sobre seu livro "Biopirataria e povos indígenas" e outras questões
- 22** FOIRN: Manifesto contra a proposta de formação do Instituto Nacional de Saúde Indígena
- 23** COMUNIDADE INDÍGENA Depois de suposta briga, homem esfaqueia três vezes o próprio irmão
- 24** Sem água, indígenas de Paranhos querem bloquear a MS-295
- 25** Professores e gestores debatem educação indígena em Feira
- 26** Criança e adolescentes indígenas esfaqueiam e degolam professor



-
- 27** [Marcio Bittar faz caminhada em Rio Branco e sua vice Antonia Sales se reúne com ribeirinhos](#)
 - 28** [Fórum reúne nesta quarta-feira produtores de mandioca do Agreste](#)
 - 29** [ICMBio participa de seminário sobre manejo de áreas protegidas](#)
 - 30** [Produção e consumo sustentáveis são tema de seminário em Brasília \(DF\)](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Comunidades tradicionais discutem políticas públicas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.08.2014

Evento é preparatório para a reunião nacional, que acontecerá entre 24 e 27 de novembro, em Brasília (DF)

A cidade de Curitiba (PR) recebeu o Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região Sul para discutir o aperfeiçoamento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), principalmente em relação ao acesso aos territórios e sua regularização. Os eventos são preparatórios para o encontro nacional, que acontecerá de 24 a 27 de novembro, em Brasília (DF).

Na abertura do evento, a diretora de Extrativismo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Larisa Gaivizzo, destacou a importância desse espaço de diálogo para o fortalecimento da PNPCT. Na ocasião, também foi citada a agricultura familiar, que abastece a população brasileira com alimentos.

Participaram da mesa de abertura representantes dos governos federal, estaduais e dos segmentos tradicionais de faxinalenses, quilombolas, ciganos, indígenas, caiçaras, benzedeiras e ilhéus.

O encontro foi organizado pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que é presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). A CNPCT é formada por 15 representantes da sociedade civil e 15 do governo.

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente



Autoridades investigam doença responsável por morte de 3 crianças indígenas

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 26.08.2014

Os primeiros resultados dos exames descartaram infecções por H1N1, metapneumovirus e vírus sincicial respiratório (causadores de bronquiolites) e coqueluche

Índios assurinis de uma aldeia do Pará apresentaram sintomas de uma doença ainda não identificada, o que tem preocupado autoridades de saúde. Nos últimos dias, três crianças morreram e cinco tiveram que ser internadas. O Ministério da Saúde continua apurando as causas dos óbitos e o número de infectados.

Segundo a Secretaria estadual de Saúde, os doentes apresentaram infecção do trato respiratório, tosse, dificuldade para respirar, além de febre. Os primeiros resultados dos exames, feitos pelo Laboratório Central do Estado e o Instituto Evandro Chagas, descartaram infecções por H1N1, metapneumovirus e vírus sincicial respiratório (causadores de bronquiolites) e coqueluche. A hipótese de elas terem contraído doenças conhecidas, como rinovírus (resfriados) e caxumba, ainda está sendo investigada.

Dos três óbitos, dois ocorreram no Hospital Regional de Tucuruí, na quinta-feira (20) e na sexta-feira (22). A terceira morreu, quando era transferida para Belém, no sábado (23). As três estavam internadas desde o dia 11, mesmo dia em que técnicos da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai) foram enviados de Brasília para ajudar as equipes locais e investigar as causas do mal-estar entre os índios. A equipe da Sesai continua na aldeia, apoiando as ações de assistência à comunidade.

Das cinco crianças internadas no sábado (23), duas foram liberadas para voltar à Aldeia Trocará, na cidade de Tucuruí, no sudeste do Pará. Segundo a assessoria do hospital, elas apresentaram melhora no quadro clínico, mas não permaneceram na Unidade de Diagnóstico de Meningite, por falta de leito. As demais continuam sob cuidados médicos no Hospital Universitário Barros Barreto, vinculado à Universidade Federal do Pará, à espera do resultado dos exames.



Artesanato indígena no Festival do Chocolate

SÍTIO FOLHA DE RIBEIRÃO PIRES, 26.08.2014

Os índios trouxeram para o Festival, artesanato desenvolvido por todos da tribo

Presentes em todas as edições do Festival do Chocolate, os Índios Karibokas foram, pela primeira vez, convidados a apresentarem seus artesanatos na festa.

“Todos os anos nós pedimos para participar e essa é a primeira vez que fomos convidados”, conta Pajé Laguna.

Eles, que apresentam um pouco da cultura da tribo aos visitantes do Festival, vendem artesanato em uma tenda próxima ao circuito gastronômico.

“Viemos vender artesanato construído aqui em Ribeirão Pires por todos nós da aldeia e algumas coisas construídas na aldeia-mãe, em Pariquera-Açu, na divisa do estado de São Paulo com o Paraná, e alguns DVDs e CDs das nossas apresentações”, diz o Pajé.

Os índios Karibokas, que são uma tribo originária a partir do nascimento de crianças filhas de negros escravos com índios escravos, estão na cidade de Ribeirão Pires desde 1980. Hoje são cerca de 160 índios em Ribeirão Pires.

“Eu gostaria que todo o povo de Ribeirão Pires conhecesse a cultura dos índios Karibokas do Brasil. Nós estamos em Ribeirão Pires desde 1980 e a maioria da população ainda não nos conhece”, diz Pajé Laguna.



Nesta terça (26), mutirões de documentação chegam a municípios das regiões Norte e Centro-Oeste

SÍTIO NEGÓCIOS DA TERRA, 26.08.2014

Trabalhadoras rurais dos municípios de Rondonópolis, no Mato Grosso, e de Pacaraima, Roraima, podem, a partir desta terça-feira (27), receber gratuitamente documentos civis e jurídicos. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), emitirá Registro de Nascimento, Certidão de Casamento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho (CTPS) e Carteira de Identidade (RG).

A coordenadora substituta de Acesso à Terra, Tereza Arruda, ressalta que o estado de Roraima tem uma grande demanda por documentação. "Na região, há várias comunidades indígenas que serão atendidas. Sempre há demanda, já atendemos muitas vezes Pacaraima e temos bons resultados".

Ela também ressalta que os mutirões ocorrem com frequência no Centro-Oeste. "A região apresenta uma grande demanda de documentos, e o estado do Mato Grosso, desde 2010, é um dos que mais emite documentação pelo PNDTR", concluiu.

Serviço

Mato Grosso

26/08 – Mutirão no Assentamento Carimã, Sede do Sindicato dos Produtores Rurais

27/08 – Mutirão no Assentamento Rio Vermelho, Sede do Sindicato dos Produtores Rurais

Horário: 8h às 17h

Roraima

Dia 26/08 – Escola Estadual Indígena Índia Francisca da Silva Macuxi

Dias 27 à 29/08 – Malocão da Associação – Localizada na BR 174 – KM 170

Horário: 8h às 17h

Fonte: MDA



Indígenas debatem segurança com policiais do Brasil e do Paraguai

SÍTIO DOURADOS NEWS, 26.08.2014

Com o intuito de discutir os problemas que afligem moradores da Aldeia Indígena Porto Lindo e qual a melhor forma de solucioná-los, aconteceu na manhã de terça-feira (26), em encontro entre lideranças daquela comunidade, representantes da Fundação Nacional do Índio e policiais militares, entre eles o Capitão Joeder Martins, comandante do Terceiro Pelotão PM de Mundo Novo e a sub-tenente Maira Torres, comandante da PM em Japorã. O Tenente-Coronel Cesar Freitas Duarte, comandante do Décimo Segundo Batalhão da Polícia Militar e o Comissário Principal Juan Barua, chefe do Setor de Investigações de Delitos da Polícia Nacional do Paraguai, departamento de Canendeyú, que estava acompanhado pelo agente de investigações Rody Toralles, também se fizeram presentes no evento.

Durante a reunião, que teve o idioma guarani como língua oficial, já que tantos os moradores da Porto Lindo quanto os policiais paraguaios dominam o dialeto, os indígenas expuseram seus problemas pertinentes a questão da segurança pública e exaltaram a importância deste tipo de debate, que com a presença de policiais militares do Cone Sul e especialmente dos integrantes da Polícia do País vizinho, ganhou uma maior importância e passou a ter status de encontro internacional de segurança.

Tanto os líderes da Aldeia quanto os policiais que fizeram uso da palavra, destacaram à força do policiamento comunitário e do trabalho integrado entre as Polícias Militar de Mato Grosso do Sul e Nacional do Paraguai.

Foram definidas algumas estratégias de combate a criminalidade dentro da Aldeia, que possui quase seis mil habitantes e que por estar situada nas proximidades da Linha Internacional, sofre com os crimes típicos de fronteira, tais como o tráfico de drogas e homicídios.

Esta reunião de autoridades policiais dos dois Países, é desdobramento de encontros anteriores, que ocorreram recentemente na sede do Ministério Público Federal em Dourados e na própria Porto Lindo, que foram essenciais para que a situação avançasse até o ponto em que agora está.



Povo das Águas atende ribeirinhos do alto Paraguai e São Lourenço
SÍTIO MS HOJE, 26.08.2014

A Prefeitura de Corumbá iniciou nesse domingo, o atendimento às famílias ribeirinhas residentes nas regiões do alto Paraguai e Rio São Lourenço. A ação faz parte do programa social Povo das Águas que está sendo considerada de extrema importância para atender moradores destas localidades de difícil acesso, especialmente nesta época de cheia no Pantanal.

O atendimento começou logo cedo, nesse domingo, pela comunidade de Domingos Ramos, no Porto Maracangalha. Além da assistência odontológica, o Programa oferece aos ribeirinhos demais atividades formuladas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas secretarias de Educação, Produção Rural e de Assistência Social e Cidadania, além da Defesa Civil e da Fundação do Meio Ambiente. Participam do programa médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município.

O Povo das Águas tem possibilitado à Prefeitura promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das regiões das águas, envolvendo todos os segmentos públicos, sociedade civil organizada e colaboradores para atendimento à população residente em áreas de difícil acesso, por meio de serviços de qualidade, como forma de minimizar as adversidades e proporcionando o exercício da cidadania.

Na segunda-feira, 25, a equipe estará no Porto Zequinha, das 08 às 12 horas, para atender ribeirinhos da região do Castelo, e das 14 às 17 horas, o trabalho será no Porto Santa Catarina, quando será beneficiada a comunidade da Ilha Verde.

Na terça, 26, o Povo das Águas estará na região do Paraguai Mirim das 08 às 12 horas. O atendimento será na própria embarcação que ficará ancorada no porto da Escola Municipal Rural Polo Porto Esperança - Extensão Paraguai Mirim.

Neste mesmo dia, uma outra equipe atende ribeirinhos das localidades de São Francisco, Mato Grande, Bonfim e Porto Chané, das 08 às 17 horas, nos Portos do sr. Maximino, Chané e Bonfim.

O terceiro dia de atendimento será na Escola Municipal Rural Polo Porto Esperança - Extensão São Lourenço, das 08 às 15 horas, em atendimento a comunidade do Amolar e da Barra do São Lourenço. Também na quarta, uma equipe se desloca para a região da Fazenda Santa Mônica para um atendimento emergencial (médico, dentista, enfermeira e vacinadora), atendendo uma solicitação da comunidade local.

Na quinta, 28, a embarcação entra no Rio São Lourenço para atender ribeirinhos residentes até
CONT.



a região do Porto Novo Horizonte. Será das 08 às 15 horas. O retorno acontece no dia 29, sexta-feira. Na viagem de volta a Corumbá, serão atendidos comunidades das regiões do Tuiuiú, Piuval e Capim Gordura, das 08 às 12 horas.

Durante a ação, a Prefeitura disponibiliza atendimentos médico, odontológicos, além de outros serviços prestados pelas secretarias de Saúde, Educação, Produção Rural e de Assistência Social e Cidadania; da Defesa Civil e Fundação do Meio Ambiente.

A ação conta com participação de médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de defesa civil, além de agentes ambientais do Município.

O Povo das Águas é realizado pela Prefeitura sob coordenação da Secretaria de Governo e tem permitido promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das regiões das águas, envolvendo todos os segmentos públicos, sociedade civil organizada e colaboradores para atendimento à população residente em áreas de difícil acesso, por meio de serviços de qualidade, como forma de minimizar as adversidades e proporcionando o exercício da cidadania.



Indígenas Maraguá são ameaçados de morte na região do rio Abacaxis (AM)

SÍTIO CIMI, 26.08.2014

Por J.Rosha,
de Manaus (AM)

O cacique Raimundo Glória Lopes, juntamente com Misael Seixas Reis e Everaldo Castro de Araújo, do povo Maraguá, estão sendo ameaçados de morte por ribeirinhos e moradores de comunidades próximas às suas aldeias no rio Abacaxis, no município de Nova Olinda do Norte (AM). Na tarde desta segunda-feira, 25, eles compareceram à Fundação Nacional do Índio (Funai), Polícia Federal e Ministério Público Federal para denunciar a invasão de suas comunidades e as ameaças de morte. Na foto, protesto dos povos indígenas em Manaus na defesa de seus direitos pela terra.

É tenso o clima na região do rio Abacaxis desde a última quinta-feira, 21, quando os indígenas começaram a abordar lanchas de turistas e adverti-los de que, por se tratar de território do povo Maraguá, eles não poderiam adentrar pelos rios e igarapés. Os indígenas, naquela ocasião, participavam de um curso de formação na comunidade Terra Preta e tiveram que se retirar do local para conversar com os donos das embarcações.

Everaldo Castro de Araújo e outros dialogaram com alguns pilotos de lanchas, que os atenderam e se retiraram do local. Outros, porém, agiram de forma agressiva e com ameaças de morte aos indígenas. "Tinha até um senhor que se apresentou como Amauri Guerreiro, dizendo ser juiz, exigindo a apresentação de uma portaria da demarcação da terra e insistindo que iria entrar", relata Everaldo. No Departamento de Pessoal do Tribunal de Justiça do Amazonas, os indígenas foram informados de que não consta nos quadros daquele órgão juiz de nome Amauri Guerreiro.

Há vários meses os Maraguá vêm lutando contra a presença de pessoas não autorizadas em seus territórios. Muitos são turistas levados por empresas para a prática de pesca esportiva nos rios e lagos da terra dos indígenas, causando transtorno para as comunidades. Recentemente, eles denunciaram publicamente a ocorrência de ameaças de morte feitas por moradores das proximidades, supostamente envolvidos com o tráfico de drogas naquela região.



MPF/AM promove seminário sobre direito de consulta prévia a comunidades tradicionais

SÍTIO PR/AM, 26.08.2014

Evento será realizado no próximo dia 30 de agosto, a partir das 9h, no auditório do MPF, e não tem caráter deliberativo

Como deve ser a consulta prévia a indígenas, ribeirinhos, seringueiros e comunidades tradicionais que podem ser afetados por empreendimentos? Quem deve conduzir as consultas? Que direitos os afetados têm de mudar o planejamento inicial do empreendimento? Essas e várias outras questões referentes ao direito de consulta prévia a comunidades, previsto na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), serão tema de seminário promovido pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), no próximo dia 30 de agosto, em Manaus.

O evento será realizado no auditório do MPF/AM (avenida André Araújo, 358 – Aleixo, em frente ao TRE/AM), a partir das 9h, sob a condução dos procuradores da República Fernando Merloto Soave e Julio José Araujo Junior. Representantes de 19 comunidades ribeirinhas da margem esquerda do rio Amazonas que poderão ser afetadas pela implantação do Complexo Naval, Mineral e Logístico do Amazonas, do governo do Amazonas e de entidades da sociedade civil organizada foram convidados a participar do evento, que não possui caráter de decisão sobre nenhum caso de atuação do MPF envolvendo consultas prévias.

O edital de convocação do seminário explica que o objetivo do evento é garantir espaço para melhor explanação às comunidades e órgãos estatais sobre os objetivos da consulta prévia nos moldes da Convenção 169/OIT e reforçar a necessidade de construção conjunta do plano de consulta prévia, livre e informada de qualquer empreendimento que se pretende implantar em regiões onde vivem comunidades indígenas e populações tradicionais.

Desrespeito à lei – O procurador da República Fernando Merloto Soave explicou que a consulta, conforme o texto da convenção, é um procedimento que não se encerra em uma única reunião e deve ser realizada de boa-fé, levando em consideração a organização social e peculiaridades das comunidades potencialmente afetadas, obrigações que foram negligenciadas pelos responsáveis pelo projeto do Complexo Naval, Mineral e Logístico do Amazonas. “As comunidades tradicionais ribeirinhas potencialmente afetadas não foram comunicadas formalmente acerca do empreendimento, muito menos consultadas nos moldes da Convenção 169/OIT”, frisou.

Por conta da inobservância do que diz a lei, em maio deste ano a Justiça Federal determinou, em caráter liminar, a suspensão dos efeitos do decreto que declarou de utilidade pública áreas para implantação do Polo Naval, atendendo a pedido do Ministério Público Federal no

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Amazonas (MPF/AM). A decisão também suspendeu imediatamente todas as medidas referentes ao projeto de implantação do empreendimento, enquanto não for realizada consulta prévia, livre e informada das 19 comunidades tradicionais ribeirinhas que vivem na região. O governo chegou a protocolar no MPF, em julho deste ano, plano de consulta prévia às comunidades, com início programado para o dia 14 daquele mês, mas o MPF/AM considerou que o plano foi elaborado sem qualquer participação dos ribeirinhos, mais uma vez contrariando o que diz a Convenção 169 da OIT. Após o apontamento da irregularidade, o plano foi suspenso pelo governo do Amazonas.

“Não será discutida a liberação ou manutenção das atividades de implantação do Polo Naval no seminário. Será, sim, uma oportunidade para esclarecer todos os interessados sobre os parâmetros que devem ser observados e os direitos que devem ser resguardados no processo de consulta prévia”, esclareceu Fernando Soave. Ele disse ainda que as orientações a serem abordadas durante o evento são válidas para qualquer empreendimento potencialmente degradante que se pretenda realizar em áreas tradicionalmente habitadas por essas comunidades.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 3663-4252 / (92) 8415-5277
pram-ascom@mpf.mp.br
facebook.com/MPFederal
twitter.com/mpf_am



Inkra/MS publica relatório antropológico do território quilombola Família Araújo e Ribeiro

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.08.2014

Inkra - As 22 famílias que compõem a comunidade quilombola Família Araújo e Ribeiro comemoram mais um passo na concretização do sonho da conquista de seu espaço na área periurbana de Nioaque/MS. É que foi publicado no Diário Oficial da União de 15 e 18/08/2014 e no Diário Oficial do Estado em 18 e 19/08/2014, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território, importante etapa no processo de titulação das terras.

“Agora nossas esperanças se renovam e nos sentimos mais animados para continuar nessa luta”, disse Mirtes Fernandes Ribeiro, presidente da associação comunitária Araújo e Ribeiro. O próximo passo é a notificação aos ocupantes dos imóveis intrusos à área de 79,73 hectares reivindicada pelas famílias quilombolas.

História

Duas famílias deram origem a esta comunidade. A primeira delas, os Araújo, são descendentes do patriarca Teotônio Teles de Araújo e Elídia Benedita Paiva, correspondendo principalmente às mulheres do atual grupo. Já a segunda família, os Ribeiro, são os irmãos de Lázaro Nunes Ribeiro, advindos do quilombo da Colônia São Miguel, município de Maracaju. Tudo começou com o casamento do ex-escravo Teotônio Teles de Araújo e Elídia Benedita Paiva. Posteriormente, se incorporaram ao grupo os Ribeiro que vieram da Comunidade Colônia São Miguel.

Do casamento nasceram dez filhos, sendo seis homens e quatro mulheres. Destes filhos, apenas alguns se fixaram na região de Nioaque, entre eles Vergílio de Araújo, casado com Melentina Molina de Araújo, e seus 12 filhos, que se fixaram nas terras herdadas de Teotônio. A área original, cerca de 36 hectares foram adquiridos por Teotônio com o fruto do seu trabalho.

O Estado de Mato Grosso do Sul possui 22 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Dessas, 18 deram entrada no Incra para o processo de regularização fundiária de seus territórios, sendo que sete já têm o RTDI publicado.



Os conflitos rurais no estado de São Paulo pela perspectiva das Organizações Sociais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.08.2014

OS CONFLITOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO PELA PERSPECTIVA DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A atividade discutirá as faces atuais dos conflitos rurais em São Paulo pela perspectiva das lideranças de organizações e movimentos sociais regionais.

Coordenação

- José Maurício Arruti (Docente - IFCH/Unicamp)
- Gabriel da Silva Teixeira (IFCH/Unicamp)

Expositores

- União dos Moradores da Juréia (Comunidade Caiçara - Litoral paulista)
- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST/Regional Sudoeste paulista)
- Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras (EAACONE – Vale do Ribeira)
- Trabalhadores acampados na Usina Maringá (Araraquara – SP)

Onde? VI Encontro da Rede de Estudos Rurais - UNICAMP
Quando? Dia 03 de Setembro, das 17h30 às 20h

Promoção

OBSERVATÓRIO
DOS CONFLITOS RURAIS EM SÃO PAULO



Carta da Diocese de Ruy Barbosa lançada na 8ª Romaria da Terra e das Águas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.08.2014

A partir da nossa fé no Deus da Vida e dos anseios humanos comuns nesse nosso caminhar e celebrar, nós, participantes da 8ª Romaria da Terra e das Águas da Diocese de Ruy Barbosa reunidos em Itaetê no dia 24 de agosto de 2014, confiantes em Javé que vê a miséria do povo, que ouve seu clamor, que conhece seu sofrimento, que desce no meio do povo e o envia para se libertar da mão dos opressores (Cf. Êxodo 3, 7-10) nos sentimos abertos e solidários com outras pessoas e organizações que buscam o Reino de Deus.

Porque acreditamos no Deus que quer Vida em abundância para todas as pessoas e outros seres (Cf. João 10, 10), vimos, através desta:

DENUNCIAR

o agronegócio que contamina o rio Paraguaçu desde as suas nascentes, consome 72% das suas águas, desmata suas margens, usa agrotóxicos, ameaça territórios tradicionais, provoca doenças e compromete a segurança alimentar e a vida de milhares de pessoas;

o trabalho escravo que retira da pessoa sua dignidade, expõe a riscos sua saúde e segurança física e mental e a leva ao limite de suas forças;

a atitude de fazendeiros que se apropriam de rios e nascentes para uso próprio deixando dezenas de famílias sem água, como acontece em Wagner (rio Cachoeirinha) e Utinga (rio Utinga), contrariando a legislação que diz que a água deve ser destinada primeiramente à dessedentação das pessoas e animais;

o Estado e seus órgãos que, ao financiar e incentivar a exploração mineral, contribuem com a degradação e poluição do ambiente, a contaminação e o desvio do lençol freático secando as fontes, rachando casas e cisternas e ameaçando o modo de vida das comunidades;

as mineradoras que, além de ameaçar as comunidades, não atendem às restrições e condições estabelecidas pela legislação ameaçando as Unidades de Conservação e as áreas de reforma agrária;

a falta de compromisso da empresa QGN (Química Geral do Nordeste) em cumprir o que está no relatório do Ministério Público e no plano de fechamento da mina de Itapura, em Miguel Calmon, secando as nascentes e deixando a área degradada/contaminada, as casas rachadas e as famílias abandonadas;

o não cumprimento da lei de resíduos sólidos pelos municípios que determina o fim dos lixões nesse ano de 2014;

a morosidade do INCRA em desapropriar novas áreas para a reforma agrária, em dividir os lotes nos assentamentos, em emitir a licença ambiental e em agilizar a liberação dos créditos;

as empresas de energia eólica que, ao se implantarem, se apropriam de áreas de conservação ambiental e de posseiros e pequenos proprietários forçando-os a assinar contratos abusivos que lesam e enganam os agricultores, causando-lhes prejuízos, como por exemplo: para desfazer o contrato, o posseiro/proprietário tem que fazer isso na sede da empresa que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

muitas vezes fica em outros países e pagar multas de milhões de reais e a renovação automática dos contratos por parte da empresa podendo chegar até mais de 50 anos.

que o modelo desenvolvimentista imposto pelo estado brasileiro é destruidor e põe a vida em risco.

ANUNCIAR

que, a partir das experiências construídas nas comunidades como a conquista da terra, a construção de tecnologias para captar água de chuva, a produção agroecológica, é possível alcançar o equilíbrio nas relações entre as pessoas e com a natureza, onde a exploração econômica não se sobreponha à vida em suas múltiplas formas;

que a sociedade do bem viver e o Reino de Deus estão sendo construídos no dia-a-dia das comunidades a partir do exercício da cidadania, da união e organização das pessoas na luta por políticas públicas e promoção e defesa de direitos.

A Romaria da Terra e das Águas, com o lema "Bacia do Paraguçu: veias que geram vida na Bahia" é uma convocação para continuarmos firmes na caminhada de luta e de fé, nos COMPROMETENDO em:

combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente tratando adequadamente o lixo;

preservar a terra, as fontes de água e as matas;

produzir de forma agroecológica, replantando espécies nativas e cultivando as sementes crioulas;

participar das organizações comunitárias e dos fóruns da cidadania na perspectiva de comprometer o poder público com políticas que atendam as necessidades básicas da população e a sustentabilidade do ambiente.

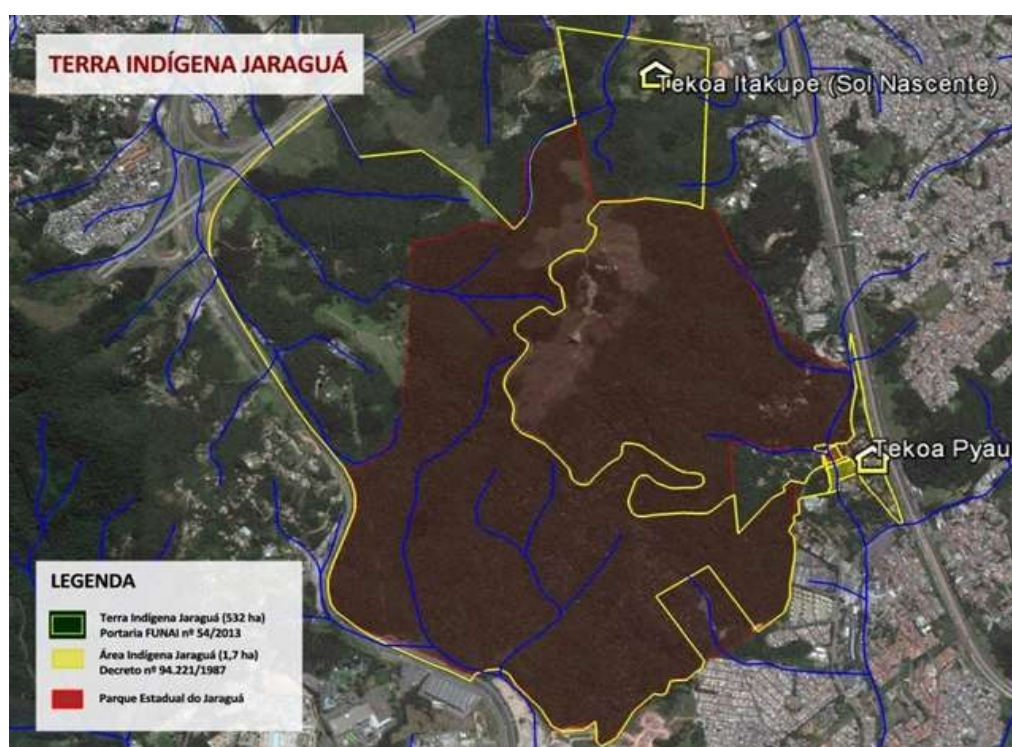
Itaetê, 24 de agosto de 2014.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.

Ato contra a reintegração de posse no Tekoa Itakupe, 29/08

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.08.2014



Comissão Guarani Yvyrupa

Recentemente, nós Guarani do Jaraguá, retomamos a antiga aldeia conhecida como Sol Nascente, para nós Tekoa Itakupe, localizada na Terra Indígena Jaraguá, área já reconhecida como de ocupação tradicional do nosso povo pela Funai. Diante da decisão da justiça dos brancos em determinar reintegração de posse em nosso tekoa, convidamos a imprensa e todos os que se solidarizam com a luta dos povos indígenas a nos visitarem na próxima sexta-feira, 29/08, justamente o dia em que vence o prazo para nossa saída. Queremos ser ouvidos sobre nosso posicionamento de não abandonar nosso território tradicional e mostrar a todos que nosso modo de vida precisa da terra e das matas preservadas para seguir existindo.

Nossos parentes já haviam reocupado o Sol Nascente em 2005, quando um não indígena entrou com outro processo de reintegração contra nós e conseguiu naquela época nos retirar dali. Decidimos então confiar na lei dos brancos, e esperar o processo de reconhecimento dos limites constitucionais da Terra Indígena Jaraguá para retornar ao Sol Nascente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Já se vão mais de 10 anos sem concluir o processo de demarcação da nossa terra, processo que agora está parado nas mãos do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Sabemos que alguns brancos querem desmatar a nossa área, e por isso voltamos pra lá antes do fim da demarcação, para proteger o que restou da nossa terra tradicional. Dessa forma, agora pela força da nossa própria luta, retomamos o Tekoa Itakupe/Sol Nascente, e começamos o processo de auto-demarcação da Terra Indígena Jaraguá, pois não vamos deixar que nos expulsem de nossa terra tradicional e também não vamos aceitar ficar confinados na área minúscula onde estávamos. Já plantamos em nossa retomada, para garantir os cultivos que usamos nos nossos rituais que se iniciam em agosto e estamos dispostos a resistir até assegurarmos nosso direito à terra.

Esclarecemos que não adianta a Funai vir tentar convencer nossa comunidade a sair da aldeia, pois essa decisão é da comunidade que não aguenta mais esperar. Estamos em nossas terras ancestrais por nossa própria vontade, e não é a Funai quem decide onde vamos ou não vamos morar, que fique bem claro.

Por isso viemos pedir apoio para mostrar à Justiça que essa terra é nossa e fazer valer nosso direito originário sobre ela.

Aguyjevete pra quem luta!

Serviço:

Ato contra a reintegração de posse no Tekoa Itakupe

Quando: Sexta-feira, 29/08, às 10h

Local: Aldeia Itakupe, Terra Indígena Jaraguá. Bairro Sol Nascente. Atrás do Pico do Jaraguá, acesso pela Av. Chica Luiza, altura do nº 1041e, travessa da Estrada Turística do Jaraguá.

—

#contraodespejonotekoaitakupe
#ojaraguáéguarani
#assinalogocardozo
#demarcaçãojá

Contato para Imprensa:
resistenciaguaranisp@yvyrupa.org.br
David Martim: (11) 94696-2786
Vitor Fernandes: (11) 97146-4630

Sites da Comissão Guarani Yvyrupa na Internet:
<http://campanhaguaranisp.yvyrupa.org.br>
<https://www.fb.com/yvyrupa>
<http://www.yvyrupa.org.br>

CONT.



Processo referente a Tekoa Itakupe/Sol Naescente (TI Jaraguá):

N ° do Processo: 0028364-20.2005.4.03.6100

Justiça Federal – Antonio Tito Costa (Claudia Cardoso Anafe – OAB/SP052106, Jurema Farina Cardoso Esteves – OAB/SP040731 e Mario de Marco – OAB/SP050589) X Fundação Nacional do Índio (Glaucio de Lima e Castro – Proc. 1642)

Mais informações:

Demarcação da Terra Indígena Jaraguá

A população guarani que reside na Grande São Paulo distribui-se hoje em sete aldeias, que fazem parte de duas Terras Indígenas (TI) atualmente em processo de regularização fundiária.

Três delas, denominadas Tekoa Ytu, Tekoa Pyau e Tekoa Itakupe, localizam-se no Pico do Jaraguá e compõem a Terra Indígena Jaraguá. Nelas residem cerca de 700 guarani. Parte da terra foi reconhecida inicialmente na década de 1980, antes da atual Constituição Federal. Naquela época, a aldeia foi então regularizada com apenas 1,7 hectare, configurando-se como a menor terra indígena do país. A falta absoluta de espaço é o detonante de inúmeros problemas sociais e culturais, já que são mais de 500 pessoas por hectare.

A situação dos guarani do Jaraguá foi extremamente agravada pela construção da Rodovia dos Bandeirantes, inaugurada em 1978 sem qualquer consideração à presença indígena. A estrada suprimiu parte de suas áreas de ocupação tradicional.

Em 2002, por fruto da luta das comunidades indígenas, iniciou-se um processo para correção dos limites do território, para adequá-la aos padrões da Constituição de 1988. Finalmente, no dia 30 de abril de 2013, a Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou e publicou no Diário Oficial da União (Portaria FUNAI/PRES No 544) os resultados dos estudos técnicos que reconhecem cerca de 532 hectares como limites constitucionais da Terra Indígena Jaraguá, incluindo as aldeias atuais, os locais de ocupação que abrigaram aldeias em passado recente e as demais áreas essenciais para a reprodução física e cultural do grupo.

De acordo com o Decreto Presidencial nº 1775, que regulamenta o processo de demarcação de Terras Indígenas no país, abre-se, a partir da publicação desses estudos, período de 90 dias para que os interessados apresentem contestações administrativas. Após esse período, já encerrado, cabe ao Ministro da Justiça publicar uma portaria declaratória que permite iniciar o processo de indenização dos ocupantes não indígenas para devolver as áreas ao usufruto exclusivo das comunidades indígenas. A assinatura dessa portaria é uma das principais reivindicações dos guarani, uma vez que isto traria maior segurança para as aldeias que correm o risco de sofrer reintegração de posse.

Note-se que segundo o Artigo 231 da Constituição Federal, são considerados nulos e extintos todos os atos administrativos que envolvem a posse de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas. Deste modo, emissão da Portaria Declaratória da Terra Indígena Jaraguá pelo Ministro da Justiça torna nulos os alegados títulos dos particulares que disputam em juízo a área ocupada pelos Guarani.

CONT.



Desde 2002, os Guarani disputam na justiça a posse da área da aldeia Pyau, onde habita a maioria dos moradores da TI Jaraguá. Dois particulares reclamam reintegração de posse contra os índios desde esse período, alegando terem títulos de propriedade sobre a área. Esses particulares não residem e nunca residiram no local, que os Guarani consideram de seu uso tradicional. Embora a FUNAI tenha reconhecido a área como parte da Terra Indígena Jaraguá, em 2013, pesou contra os índios uma decisão de reintegração de posse, emitida na primeira instância da Justiça Federal de São Paulo, pelo juiz Clécio Braschi. Após muita pressão dos Guarani, que realizaram protesto no TRF contra os despejos de suas aldeias, o Desembargador Dr. André Nekatschalow suspendeu a decisão de reintegração de posse da aldeia Tekoa Pyau. Resta agora garantir a permanência dos indígenas da aldeia Tekoa Itakupe.

Desde 2005, a área da aldeia tekoea Itakupe (Sol Nascente) está também em disputa pelos Guarani do Jaraguá. Os indígenas que consideram a área como parte de sua terra tradicional, foram de lá retirados em 2005, por força de uma ação de reintegração de posse movida contra supostos "desconhecidos". Posteriormente, a FUNAI recorreu da decisão, e finalizou os estudos que reconhecem a área como parte da Terra Indígena Jaraguá. Uma perita em antropologia, nomeada pelo juízo, também confirmou a tradicionalidade da ocupação guarani na área. Cansados de esperar o término do processo de demarcação da TI Jaraguá, que aguarda a Portaria Declaratória do Ministro da Justiça, os Guarani retomaram novamente a aldeia Itakupe. Foi então que em 9 de Agosto, receberam notificação de que a Juíza havia determinado a saída da comunidade, até o dia 29, decisão que é passível de recursos pela FUNAI e o MPF.



Direitos indígenas: o que foi 2013? [publicação da OPAN para baixar]

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.08.2014

http://issuu.com/amazonianativa/docs/apostila_opan_-_direitos_indigenas?e=0/9061319

OPAN

O ano de 2013 foi intenso para a política indigenista e para os povos indígenas no que compete à defesa de seus territórios e dos seus direitos constitucionalmente reconhecidos. De janeiro a dezembro, a questão indígena esteve em destaque no país, nos gabinetes do poder executivo, nos plenários legislativos, nas manifestações públicas e mesmo na imprensa.

Apesar de algumas conquistas do ano de 2012, como a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé e a suspensão da Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União (AGU) após muitos protestos que se espalharam pelo país – como o exemplo da articulação entre os povos indígenas de Mato Grosso – para fechar simultaneamente a BR 174 (na altura do município de Comodoro) e a BR 163 (na altura da Serra de São Vicente), ainda assim muitos projetos de lei (PLs) e projetos de emendas constitucionais (PECs) de caráter anti-indígena seguiram avançando em 2013 na pauta do Congresso Nacional.

Portanto, este relatório tem como objetivo fazer uma retrospectiva dos principais momentos do ano de 2013 relacionados aos rumos da política indigenista no Brasil diante das graves ameaças que têm cercado o contexto da questão indígena. Nossa intenção é que este registro possa servir como material de consulta que contribua para a compreensão dessas situações nas aldeias, seja através das escolas, associações ou outros espaços e formas de organização de cada comunidade. Que possa assim, fortalecer os processos de tomada de decisão e da mobilização indígena para a defesa de seus direitos.

Vale observar que as reações às propostas e projetos de lei anti-indígenas conseguiram mostrar também a força do movimento indígena e seus aliados, pois encontramos nas diferentes manifestações de notas públicas, cartas e matérias jornalísticas uma convergência nos documentos e análises por parte de juristas, movimento indígena, ONGs e imprensa que revelam a inconstitucionalidade de muitas propostas que estavam e continuam em discussão no Congresso Nacional.

Boa leitura!



Participe da Semana dos Povos Indígenas da UFRR
SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, 26.08.2014



A Semana dos Povos Indígenas da Universidade Federal de Roraima (UFRR) será aberta nesta terça-feira (26), às 18h30, no malocão do Insikiran. O evento tem o objetivo de apresentar o pensamento e a produção artística, científica e cultural dos indígenas. A programação será gratuita e acontece até 28 de agosto, integrada com os eventos Caxiri Literário e II Encontro de Todos os Povos.

A programação completa pode ser conferida no endereço <http://ufrr.br/povosindigenas/>. A ação será realizada pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena (INSIKIRAN/UFRR) e pela Coordenação de Cultura (CCult/UFRR), com apoio de instituições e organizações parceiras.

De acordo com a coordenadora geral da Semana, professora Ise de Goreth, o evento envolverá ações práticas de saberes ancestrais e vivências tradicionais, feira de artesanato, culinárias, oficinas, seminários temáticos, apresentações de trabalhos científicos e culturais. "A proposta é estimular o diálogo e socializar saberes", explicou.

O Caxiri Literário aconteceu no dia 25 de agosto, no Malocão do INSIKIRAN/UFRR, no Campus do Paricarana. A Mostra Científica e Cultural, será nos dias 26 e 27 de agosto, no INSIKIRAN.

Exposição de Artes Visuais – Também faz parte da programação a exposição "Meu Vizinho Karaiwa", que acontecerá no período de 28 de agosto a 13 de setembro, no Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR, localizado na Avenida Nossa Senhora da Consolata, 565, Centro.

A visitação acontecerá no horário comercial e também até 21h durante a semana. As visitas no

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

final de semana podem ser previamente agendadas. Há disponibilidade de atender turmas de alunos para visita monitorada. O agendamento deve ser feito na direção do Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR por meio do telefone (95) 3624-4181.

Programação resumida

–MINICURSOS:

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 08h às 12h

Local: Salas do INSIKIRAN

– OFICINAS:

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 08h às 12h

Local: Salas do INSIKIRAN

– APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS:

Dia: 27/08/2014

Horário: 14h às 16h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– MESA REDONDA:

Dia: 27/08/2014

Horário: 17h às 19h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– FEIRA DE ARTESANTO E CULINÁRIA TÍPICA:

Dias: 26 e 27/08/2014

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Horário: 19h às 21h

Local: Malocão do INSIKIRAN

– APRESENTAÇÃO CULTURAL

Dias: 26 e 27/08/2014

Horário: 19h às 21h

Local: Malocão do INSIKIRAN

II Encontro de Todos os Povos

Evento: A Arte Indígena Contemporânea – MESA REDONDA – participação de artistas e artesãos, mestres e mestras dos saberes indígenas tradicionais, e da Profa. Maria Inês de Almeida – UFMG, apresentando resultados de projetos com a arte e literatura indígenas. Mostras de boas práticas, experiências e perspectivas. Livre para todos.

Dia 28/08/2014

Horário: 15h às 17h30

Local: Espaço de Cultura e Arte União Operária/UFRR.

Evento: Mostra de artesanato e troca de produtos

Dia 28/08/2014

Horário: 15h às 21h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária/UFRR.

Evento: Apresentação Cultural (música e vivência coletiva)

Dia 28/08/2014

Horário: 17h30 às 18h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Evento: Saberes Acentrais e Contemporaneidade – RODA DE CONVERSA. Aberto a todos os visitantes.

Dia 28/08/2014

Horário: 18h às 19h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.

Evento: Cerimônia de Abertura do II Encontro de todos. Degustação de damurida, apresentações culturais coletivas e visita à exposição.

Dia 28/08/2014

Horário: 18h às 21h

Local: Espaço de Cultura e Arte 'União Operária'/UFRR.



#Eleições2014 Vice de Marina Silva apoiou PEC que altera demarcação de Terras Indígenas #PEC215

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 26.08.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=fzSOYs3z9f8

Unidos na chapa presidencial do PSB formada depois do acidente que vitimou Eduardo Campos, Beto Albuquerque e Marina Silva têm opiniões divergentes sobre as demarcações de Terras Indígenas. Albuquerque foi um dos deputados que apoiou quatro propostas de emenda constitucional sobre demarcação de terras indígenas. Em duas delas, subscreveu propostas de colegas repassando a demarcação de terras indígenas para "audiência das Assembleias Legislativas dos Estados em cujos territórios incidam". Em outras duas, defendeu que a demarcação deve se submeter ao Congresso.

Em ambos os casos defendidos pelo Vice de Marina Silva, a demarcação de reserva indígenas deixa de ser prerrogativa do Poder Executivo, como define a legislação atual.

Em maio deste ano, um texto publicado na página de Marina Silva no Facebook, a candidata se referiu à proposta apoiada pelo seu vice como uma "ameaça aos direitos adquiridos pelos indígenas". Marina já assumiu sua posição sobre assunto em um vídeo gravado antes da morte de Eduardo Campos. Nele Marina afirma que as terras indígenas devem ser demarcadas e ampliadas conforme os estudos da Funai de acordo com a legislação atual.

A aplicação da legislação resulta na expropriação e expulsão violenta dos proprietários de terras consideradas indígenas pelos laudos da Funai. Essa efeito colateral das demarcações é a principal fonte de conflito no campo decorrente das demarcações de Terras Indígenas.

Veja:



Se a Funai não consegue proteger os Assurini contra a gripe, imaginem os isolados do Envira

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 27.08.2014

O Instituto Evandro Chagas divulgou nesta terça-feira (26) o resultado dos exames feitos com material coletado em 20 índios da etnia Assurini, de Tucuruí, no sudeste do Pará. Dez deles apresentaram três tipos de vírus respiratórios comuns: adenovírus, rinovírus e coronavírus. Todos causam doenças respiratórias simples, como resfriados, corizas e conjuntivite. Ainda de acordo com o Evandro Chagas, o quadro dos índios teria sido agravado por se tratar de uma doença urbana.

Três crianças morreram recentemente na aldeia Trocará com sintomas semelhantes à gripe, segundo os médicos que fizeram o atendimento. Entre elas, um bebê de 4 meses. O corpo do bebê foi encaminhado para exame necroscópico no IML da capital paraense. Dos quase 500 indígenas da etnia que vivem na aldeia, 90 deles estão doentes e apresentam os mesmos sintomas de gripe que vitimou as crianças que morreram nos últimos dias em Tucuruí.

O acesso à aldeia Trocará, localizada a 25 quilômetros de Tucuruí, no sudeste do Pará, está restrito aos profissionais de saúde que atuam no local. Outras cinco crianças foram transferidas para o Hospital Barros Barreto, em Belém. Três delas permanecem internadas, e duas receberam alta após passarem por exames. "Está todo mundo preocupado. Ninguém sabe que tipo de doença está entrando na aldeia", afirma o líder indígena Oliveira Assurini.

Análises anteriores já haviam descartado a contaminação por H1N1, como se suspeitou a princípio. A nota do Evandro Chagas deixa claro que os indígenas podem ter morrido de uma gripe simples.

A morte de índios de contato antigo por uma simples gripe põe em xeque a capacidade da Funai de cuidar dos índios recentemente contactados no Acre. A maioria deles contraiu gripe dos técnicos da Funai responsáveis pela aproximação.



Homem é o maior culpado pelo aumento de incêndios florestais

SÍTIO JORNAL BRASIL, 27.08.2014

Com a intensificação do período de seca, os incêndios florestais aumentam na mesma proporção em que a umidade relativa do ar diminui. O problema se agrava em áreas do Cerrado, presentes em dez estados e no Distrito Federal, e a mudança de comportamento ajuda a evitar o alastramento do fogo no bioma. Atitudes simples como não jogar bitucas de cigarro pela janela do carro aparecem entre as ações que podem contribuir para conter as queimadas.

A atividade humana é uma das principais causas de queimadas nesta época do ano. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 90% dos incêndios florestais têm de origem antrópica - fruto da ação do homem. Na maioria dos casos, decorrem do uso incorreto do fogo para a renovação de pastagens, da caça e de ações criminosas em represália à criação e gestão de unidades de conservação. Em menor escala, há casos de queimadas que começam, de maneira natural, por conta de raios.

O território atingido pelos incêndios florestais tem apresentado aumento. De acordo com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a queima proposital de resíduos sólidos perto de áreas verdes é o motivo mais recorrente dos incêndios atendidos durante os chamados na capital federal. Apenas em junho deste ano, 395,16 hectares de vegetação foram consumidos pelo fogo - aumento de 77,8% em relação aos 222,23 hectares verificados em junho de 2013.

Brigadistas

Para combater os focos de incêndios florestais, o governo federal adotou medidas como o reforço do efetivo que atua em campo. Ao todo, 1.589 brigadistas foram contratados para formar as equipes do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo) em todo o País. Os profissionais ficam em pontos estratégicos nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste e se concentram em atividades de prevenção e manejo nas unidades de convenção.

Do total, 175 brigadistas atuam nas unidades de conservação federais contempladas pelo projeto Cerrado-Jalapão, em Tocantins, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em cooperação com o governo alemão e em parceria com o ICMBio e outros órgãos. "As equipes fazem a prevenção por meio de aceiros (desbaste de um terreno em volta de matas para impedir propagação de incêndios) e participam das atividades de pesquisa", explica a analista ambiental do ICMBio, Ângela Garda.

O efetivo desempenha um trabalho contínuo de prevenção, combate e conscientização nas áreas de maior risco. "Os brigadistas têm papel fundamental no resultado das ações de manejo integrado do fogo, pois não são apenas combatentes de incêndio, são agentes comunitários de sensibilização e se envolvem na queima controlada, educação ambiental e pesquisa", justifica

CONT.



Ângela. Segundo ela, a meta é reduzir a área atingida pelas queimadas com a implantação do manejo integrado e adaptativo do fogo. “(Os incêndios) são ameaças à proteção do patrimônio natural”, alerta.

Jipes

Veículos especiais são usados pelas equipes de prevenção e combate ao fogo. Na região do Jalapão, quatro marruás – jipes desenvolvidos para operações militares – fazem o transporte de brigadistas e materiais a pontos de difícil acesso nas unidades de conservação. A aquisição somou o investimento de R\$ 800 mil, financiados pelo projeto Cerrado-Jalapão. Os automóveis tornaram o trabalho mais eficiente nas unidades de conservação, já que deslocam as equipes com mais rapidez e segurança aos focos de incêndio e áreas estratégicas para ações de prevenção.

A nível nacional, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) é a ferramenta estratégica de combate aos incêndios florestais no bioma. O documento traça ações táticas e operacionais que são implantadas por meio da articulação entre União, Estados, municípios, sociedade civil, setor empresarial e universidades.

Fique atento

Veja como ajudar a evitar queimadas:

- Não jogue bitucas de cigarro pela janela do carro
- Não fume em matas e locais com muita vegetação
- Impeça crianças de brincar com fogo em áreas verdes
- Evite fazer fogueiras em áreas de vegetação

Como funciona?

Confira os principais elementos nos casos de incêndios florestais:

- O combate busca suprimir o chamado triângulo do fogo: calor, oxigênio e combustível (vegetação, no caso das queimadas)
- Para os incêndios de pequenas proporções, as brigadas usam abafador, bomba costal e motobomba
- Diante de queimadas de maiores proporções, são aplicados recursos como caminhão-pipa, helicópteros e aviões agrícolas para aspersão de água

Saiba mais sobre o Cerrado

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Segundo maior bioma da América do Sul, o Cerrado ocupa 24% do território brasileiro, em uma área total de cerca de 2 milhões de km². Está presente no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, o que soma 1.330 municípios. Nessa região, ficam as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata).

Em decorrência da diversidade biológica, o Cerrado é caracterizado como a savana mais rica do mundo. Ao todo, 11.627 espécies de plantas nativas, 199 diferentes mamíferos e 837 exemplares distintos da avifauna habitam o bioma, além de 1,2 mil espécies de peixes, 180 répteis e 150 anfíbios. O cerrado conta, ainda, com diversas populações que sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos tradicionais.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente



Debate na Band: jornalistas perguntam e candidatos respondem sobre questão indígena

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 27.08.2014

Jornalistas da Band tiveram oportunidade de fazer perguntas aos candidatos ontem durante o primeiro debate entre os candidatos à presidente da República, escolhendo também alguém para comentar a resposta. João Paulo de Andrade perguntou para Luciana Genro, com Dilma comentando. Ele questionou a situação dos indígenas no país e citou a Bahia, onde agricultores têm sido expulsos de terras em disputas com índios. "A questão dos índios se agrava e brasileiros e brasileiras são expulsos de terras que ocupam. Somos ou não iguais em direitos? Qual seria a sua política indianista?".

"Vamos demarcar terras indígenas e fazer reforma agrária, para melhorar a vida no campo e na cidade com alimentos saudáveis e baratos", afirmou Genro. "Defendo a demarcação imediata das terras indígenas com reforma agrária", sintetizou a candidata do PSol.

"Existem hoje no Brasil 472 terras indígenas e essas terras foram regularizadas. Qual o problema que está acontecendo? As áreas de demarcação são áreas de conflitos. E esses conflitos têm de ser resolvidos, preservando os interesses de todas as partes", afirmou a presidente Dilma.



Ambientalista abordará a riqueza dos povos da Amazônia em Congresso de Educação Ambiental

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 27.08.2014

O IV Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada e Gestão Territorial que acontecerá de 3 a 5 de setembro no auditório do Senac em Porto Velho vai abordar temas de interesse da população da Amazônia.

A informação foi prestada pela economista Amyra El Khalili que será uma das palestrantes do evento que reunirá professores de várias faculdades do Brasil e até do exterior. O tema da sua palestra será: Água e Gestão Comunitária: a riqueza dos povos da Amazônia.

Ela destacou que o congresso ocorrerá em um momento oportuno para a sociedade amazônica, que enfrenta a tragédia das cheias do Rio Madeira e os impactos ambientais e socioeconômicos sobre os territórios das comunidades indígenas, camponesas, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais.

“Como educadores não podemos nos omitir nem deixar de nos posicionar em favor daqueles que são os guardiões da Amazônia”, declarou a economista que além de ser professora é ambientalista e acompanha de perto as ações de sustentabilidade.

Na sua opinião, o evento reunirá importantes nomes ligados ao Meio Ambiente, mas o conhecimento das palestras, mesas redondas e workshop não corresponderão às expectativas dos participantes caso não sejam respeitado o conhecimento da comunidade.

“Com esses povos, temos muito que aprender para também preservar os conhecimentos milenares da origem da humanidade”, frisou ela, ressaltando que a ciência deveria resgatar a essência da vida, ao invés de evocar soluções mágicas para resolver os problemas da Amazônia.

Tal preocupação em valorizar a população local é defendida também pela coordenadora geral do Congresso, Izabel Cristina da Silva, cujos trabalhos em defesa do Meio Ambiente sempre são focados na qualidade de vida dos moradores da floresta.

“Sempre trabalho em parceria com as comunidades, principalmente as tradicionais”, concluiu a empreendedora social que já lançou em Rondônia vários projetos de sustentabilidade, a exemplo de pufes de pneus usados, sabão ecológico com óleo de cozinha descartado, entre outros produtos ecologicamente corretos.

Fonte:Assessoria



Editais contemplam a promoção da igualdade racial

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014

Nos documentos, o MEC convoca instituições de educação superior para seleção de propostas de cursos

SEPPIR – A promoção da igualdade racial, o combate ao racismo, a valorização da cultura e das línguas indígenas, a acessibilidade e a inclusão, a difusão da história e cultura afro-brasileira e indígena estão entre os temas de dois editais do Ministério da Educação (MEC) dirigidos a instituições de educação superior, públicas e comunitárias. O primeiro vai selecionar 20 propostas de cursos preparatórios de estudantes para acesso à pós-graduação; o segundo apoiará 50 projetos conjuntos de pesquisa entre instituições brasileiras e estrangeiras, nos níveis de graduação-sanduíche e doutorado-sanduíche.

A ampliação das oportunidades de acesso à formação superior a estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades está nos objetivos do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, lançado pelo Ministério da Educação em novembro de 2013. A seleção e o apoio a projetos de educação superior atendem a esse contexto.

De acordo com o Edital nº 1/2014, instituições de educação superior públicas federais, estaduais e municipais e comunitárias podem apresentar até três propostas de cursos preparatórios de candidatos a processos seletivos na pós-graduação. O prazo de inscrição vai até 30 de setembro próximo. Cada projeto terá duração de dois anos — até 2016 —, com pelo menos uma turma por ano em cada instituição. A carga horária mínima dos cursos é de 180 horas.

Segundo o edital, cada projeto receberá R\$ 200 mil — 50% do valor no primeiro ano.

Intercâmbio — O outro edital (nº 2/2014) refere-se à estruturação, fortalecimento e internacionalização de programas de pesquisa e pós-graduação e ao aumento do intercâmbio acadêmico entre instituições brasileiras e estrangeiras. De acordo com o documento, serão selecionadas até 50 propostas. Todas as áreas do conhecimento podem concorrer, mas têm preferência na seleção as propostas de promoção da igualdade racial, combate ao racismo, estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, acessibilidade e inclusão, difusão do conhecimento da história e cultura afro-brasileira e indígena.

O valor repassado será de R\$ 2,8 milhões por projeto. O prazo de inscrição vai até 19 de setembro. Cada projeto será contemplado com 14 bolsas de mobilidade internacional — dez bolsas de graduação-sanduíche, com duração de um a 12 meses, e quatro de doutorado-sanduíche, com duração de quatro a 12 meses.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Os editais podem ser consultados na página do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento na internet. As atividades nas instituições terão início em 2015, com prazo de dois anos e possibilidade de mais um.

Entrevista: Samia Barbieri fala sobre seu livro “Biopirataria e povos indígenas” e outras questões

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014



Biopirataria e povos indígenas é o nome do livro que Samia Roges Jordy Barbieri lançou semana passada na sede da OAB, em Brasília. Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da OAB Mato Grosso do Sul, estado líder em assassinatos e ‘suicídios’ de indígenas, Samia começou a discutir a questão da biopirataria em sua tese de doutorado, defendida em 2011. Para ela, “o pano de fundo dessa questão é o capitalismo que transforma biodiversidade em produto e ainda nos impõe a compra desses mesmos produtos com pagamento de royalties da nossa própria natureza, saqueada e pilhada”.

Nesta entrevista por e-mail, Samia Roges Jordy Barbieri* fala sobre a necessidade de lutarmos “para que as populações culturalmente diferenciadas como os povos indígenas possam participar do desenvolvimento da sociedade, mantendo sua identidade cultural preservada, como sujeitos de direitos, e não como minorias excluídas”. E conta ainda como foi criada a COPAI e qual a sua ação.

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Combate – Num momento em que o racismo anti-indígena está mais que nunca acirrado, você lança um livro relacionando os saberes dos povos originários e a biopirataria. Isso vai contra

CONT.



todas as defesas da aculturação, que muitos fazem para resolver o que chamam de “questão indígena”. Como nasceu o livro?

Samia - Exatamente por estarmos sempre num momento de racismo e anti-indígena, temos que lembrar da importância da cultura vastíssima e tão importante, que vem sendo saqueada num país megadiverso, que possui seis biomas como o Brasil.

Nessa obra, que fala de um problema enorme que é o saque dos nossos recursos naturais, descobertos pela observação da natureza pelos povos indígenas, de forma intergeracional, ágrafa e oral, por muitos e longos anos, há a pilhagem de extratos de plantas que são levadas e voltam ao nosso país, vendidos como produtos, e ainda nos cobram e pagamos “royalties”.

Isso acontece com o cupuaçu, com o açaí, a andiroba, o jambu que é o botox orgânico, o açaí entre tantos outros, inclusive o perfume Chanel nº5 que tem como fixador uma planta nativa chamada pau-rosa.

Entretanto, no que concerne ao conhecimento tradicional e à medicina tradicional associada à biodiversidade não há legislação sui generis que proteja nossos recursos naturais e o conhecimento indígena. Não podemos admitir que esse assunto seja tratado por medida provisória; a lei sobre recursos naturais associados à biodiversidade não regula a matéria até os dias de hoje. Obviamente que vivemos num sistema capitalista, que provoca essa distorção. O domínio econômico das empresas é mais interessante que a dignidade da nossa fauna e flora, e a dignidade dos habitantes originários da nossa “terra brasilis”. Devemos inverter essa lógica tão perversa a um país tão rico em recursos naturais.

Combate - É conhecida a tentativa dos japoneses de patentear o cupuaçu. Suponho que você cite e/ou discuta isso...

Samia - Sim, essa prática é muito usual, mais do que sabemos, infelizmente. No caso do açaí, tivemos um grande embate, até que fosse ‘repatriado’ o nosso açaí de volta ao nosso país, uma vez que houve a patente para a indústria japonesa Asahi Foods. No Estado do Acre houve até passeata com mais de 12 mil participantes, procurando dar visibilidade à sociedade e demonstrar o absurdo de vermos nosso país sendo saqueado e pilhado, em forma de produtos da nossa biodiversidade e do conhecimento tradicional.

O meu livro mostra com profundidade e demonstra que o pano de fundo dessa questão é o capitalismo que transforma biodiversidade em produto e ainda nos impõe a compra desses mesmos produtos com pagamento de royalties da nossa própria natureza, saqueada e pilhada.

Analisando a CF/88 [Constituição Federal de 1988] e o regime capitalista, os princípios específicos do Direito Indígena, que são a consulta livre, prévia e informada e a repartição de benefícios por venda de produtos advindos do conhecimento e da medicina tradicional, a diversidade biológica em países megadiversos, o etnodesenvolvimento e a etnossustentabilidade. E, principalmente, a existência de dois mundos completamente diferentes e polarizados: de um lado o capitalismo que visa o lucro a qualquer preço e, de outro, o patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas. Salientando que é preciso lutar para que as populações culturalmente

CONT.



diferenciadas como os povos indígenas possam participar do desenvolvimento da sociedade, mantendo sua identidade cultural preservada, como sujeitos de direitos, e não como minorias excluídas.

Aqui em Mato Grosso do Sul quero sustentar o debate acerca do Direito Indígena longe da questão da luta pela terra, mas numa visão muito maior do universo e da importância dos povos originários, pois aqui se vive o ódio étnico sem precedentes. O meu objetivo é de elevar o debate e buscar uma Cultura de Paz, demonstrando a importância da cultura indígena, que é muito maior e mais vasta do que a da luta incessante e inglória pela terra. Todo medicamento e cosmético que consumimos vem dessa cultura, e somos saqueados, impunemente, pela prática da biopirataria.

Combate - Cumprir a Constituição de 1988 e a Convenção 169 da OIT seriam passos a serem tomados pelo governo brasileiro para não só respeitar os povos indígenas como, também, reconhecê-los como detentores de saberes e de uma visão de mundo a serem valorizados, como um primeiro passo inclusive para enfrentar a questão da biopirataria como um problema de interesse nacional?

Samia - Com certeza, a questão foi muito bem posta e é isso mesmo: o Estado Nacional ainda não olha a questão indígena como uma questão definida pelo Estado Democrático de Direito e por todas as Leis que o Brasil cria ou ratifica a nível internacional. A prova disso é o descaso com a demarcação de terras no país, o que vem trazendo o aniquilamento da cultura, das tradições e provocado a penúria dos povos indígenas. Esse tema deveria ser tratado de forma jurídica, humanista e tem provocado um verdadeiro Estado de barbárie pela disputa pela terra. A valorização há de começar pela demarcação de terras de um povo que foi formador do Estado Nacional, da nossa cultura, dos nossos saberes e do uso pela observação da natureza através de forma milenar.

Observamos que todos os governos não enfrentam a questão e provocam a dizimação dos habitantes originários e da sua enorme cultura, em tudo que fazemos, quer na utilização de qualquer produto da farmacopeia, quer na utilização da cosmetologia. A biopirataria é mais ampla e envolve recursos naturais, a natureza, a fauna, a flora advindas da observação da natureza pelos povos indígenas. Negar isso é negar a importância do Brasil como país megadiverso, é negar todos os nossos recursos naturais, promovendo a pilhagem da biodiversidade em produto. É a nova recolonização, transformar biodiversidade em produto e a apropriação indevida dos saberes e medicina tradicionais. E mais, pagando royalties por essa expropriação.

Combate - Você vive no estado que há anos lidera as estatísticas nacionais de assassinatos e suicídios, no que diz respeito aos indígenas. Mato Grosso do Sul está presente no seu livro?

Samia - Trato do tema Direito Indígena de forma ampla, como povos, não apenas elencando a realidade local, mas o pano de fundo de tudo, que é o que vivemos, como vivemos e sentimos. Hoje tenho como missão a divulgação dessa causa, como mulher, como mãe, como cidadã, como procuradora municipal, como Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, como Conselheira Federal da OAB e também como Conselheira do CONANDA,

CONT.



sabendo que essa causa é local e também internacional, como observamos em todas as falas de todos os povos do mundo na ONU.

De forma direta ou indireta, sempre vou falar do que vivemos e buscar uma Cultura de Paz para MS. Falo de vários temas, incluindo os nossos dramas, que são o drama de todas as populações indígenas do mundo. Nessa obra, a abordagem é mais ampla, do direito indígena e conhecimento tradicional associado à biodiversidade, não apenas a questão de luta pela terra, que mostra apenas o conflito, quero mostrar o universo do Direito Indígena, e as consequências reais até para a nossa soberania nacional como país megadiverso, possuidor de seis biomas e que até hoje não possui legislação sui generis que trate dos recursos naturais associados à biodiversidade, como um tema de interesse nacional, que permite a pilhagem do nosso conhecimento, impunemente através da biopirataria.

Combate - Você criou e preside um núcleo único, até onde sei, na história da OAB: a Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, COPAI. Saindo um pouco do tema do livro, propriamente dito, gostaria que falasse um pouco sobre. Como foi criada e o que faz a COPAI?

Samia - A Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB/MS, inicialmente criada como Comissão Especial e presidida pelo Dr. Wilson Matos, indígena Guarani Kaiowá e advogado, é fruto de uma morte anunciada de uma liderança, que pediu proteção e, mesmo assim, foi morta como tantas lideranças, na busca do reconhecimento e de seu direito à demarcação de suas terras, em pleno século 21. Quando assumi, no ano de 2010, quis fazer um grande debate que ouvisse os movimentos sociais, os advogados dessa causa e advogados que tivessem trabalhos voltados à causa. Por isso, convidei todos os participantes da então CEAI, que estão conosco até hoje.

A nossa primeira luta como Presidente foi requerer que a então CEAI, Comissão Especial fosse considerada como uma Comissão de caráter Permanente na OAB/MS, em função da importância do Direito Indígena para o Estado de MS, como segundo estado da federação com a maior população indígena e com graves problemas fundiários. Essa luta durou dois anos, até que em fevereiro de 2011, foi declarada Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, à unanimidade, pelo Conselho Seccional da OAB/MS.

Nossa atuação é de observadores da causa, cujo protagonismo é dos povos indígenas. Promovemos um profundo debate com a sociedade, e estamos na nossa V Semana do Índio na OAB, tentando fazer um diálogo com o meio acadêmico, sociedade e advogados. É a primeira Comissão Permanente a tratar da questão indígena no sistema OAB, o que nos dá uma responsabilidade muito grande. A nossa formação é muito interessante, daí vem a riqueza da COPAI, pois são advogados advindos dos movimentos sociais, são advogados da União, Defensores, Procuradores, Colaboradores. Temos a honra de termos dois advogados e representantes dos povos indígenas: um da etnia Kadiwéu, Dr Marcus Ruiz, e um da etnia Guató, Dr Wilson Capistrano, o que nos dá a perfeita dimensão dessa causa. Essa composição nos permite o diálogo franco e análise profunda da nossa realidade.

Hoje, entendemos que nossa missão advém da educação e estudo do Direito Indígena, nas escolas, universidade ou comunidades indígenas. Mas atuamos na defesa da causa indígena,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

respaldados na CF/88, na Convenção da OIT, na Declaração Universal de Direitos dos Povos Indígenas declarada pela ONU em 13 de setembro de 2009, entendendo a importância de todos os agentes de proteção e atuando em conjunto.

Temos uma Cartilha da COPAI, que ensina os princípios do Direito Indígena, disponível no site da OAB/MS na Biblioteca Virtual, que dá subsídios a várias escolas e estudiosos do tema, no MS e em outros Estados da Federação.

-

*Samia é Conselheira Federal da OAB e autora também do livro Os Direitos Constitucionais dos Índios e o Direito à Diferença, Face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.



FOIRN: Manifesto contra a proposta de formação do Instituto Nacional de Saúde Indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.08.2014



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei n.º 1831 – 1987
CNPJ n.º 05.543.350/0001-18
Inscrição Estadual n.º. 04.213.831-0

São Gabriel da Cachoeira, 26/08/2014

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) vem por meio deste manifestar-se contrária à formação do Instituto Nacional de Saúde Indígena. Em primeiro lugar é notável a falta de preparação e discussão aberta, ou, de consulta aos povos indígenas garantida por lei (OIT 169) de tal iniciativa. Apesar de no ano passado, 2013, serem realizadas Conferências Locais, Distritais e Nacional de Saúde Indígena promovidas pela Secretaria de Saúde Indígena, SESAI, não foi sequer mencionada a ideia deste Instituto. Ao tomar conhecimento da proposta governamental de estabelecer, contrariamente aos interesses dos povos indígenas, mais uma instância burocrática e normativa percebemos que os assuntos levantados pelas populações indígenas são diretamente negligenciados em favor de uma agenda criada sem dar voz às populações indígenas e suas organizações. Neste mês de agosto de 2014, circulamos uma carta com nossas reivindicações e sugestões para a melhoria da saúde indígena no Rio Negro. Em nenhum momento há menção a esta proposta de criação de Instituto Nacional de Saúde Indígena. A carta está disponível em <http://foirn.wordpress.com/2014/08/07/carta-publica-dos-povos-indigenas-do-rio-negro-sobre-a-saude-indigena-no-brasil/>

Sugerimos que esta carta seja lida e levada em conta.

Propor a criação de tal Instituto desta maneira vai contra toda a história de luta, debates, busca por autonomia e melhorias à saúde indígena. Na região do Rio Negro, ampla e diversa, o trabalho de debate vai além de uma convocação extraordinária e imediata por parte do CONDISI/DSEI-ARN para a apresentação de um modelo institucional externo, ou seja, com seu alicerce em teoria institucional e sem presença da população interessada. Os povos indígenas do Rio Negro se mobilizam através do movimento indígena há cerca de trinta anos e esta experiência mostra que a construção coletiva, o debate aberto e estruturado demanda grande esforço e tempo. Para a criação deste Instituto vemos que nenhum destes foi levado em conta.

Av. Álvaro Maia, 79 – Centro
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – Amazonas – Brasil
Fone/Fax 00(XX) 97 3471-1632 e-mail: foirn@foirn.org.br

CONT.



Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN
Reconhecida como de Utilidade Pública pela Lei n.º 1831 – 1987
CNPJ n.º 05.543.350/0001-18
Inscrição Estadual n.º. 04.213.831-0

Sugerimos que os proponentes de tal Instituto respeitem a história da saúde indígena e elaborem uma proposta que seja condizente após debates, apresentações e conferências junto aos povos indígenas.

Atenciosamente,


Marivelton Rodrigues Barroso
BARE
Diretor - FOIRN


Renato da Silva Matos
Diretor - FOIRN


Isata Pereira Fontes
Diretor Vice-Presidente
FOIRN

Av. Álvaro Maia, 79 – Centro
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – Amazonas – Brasil
Fone/Fax 00(XX) 97 3471-1632 e-mail: foirn@foirn.org.br



COMUNIDADE INDÍGENA Depois de suposta briga, homem esfaqueia três vezes o próprio irmão

SÍTIO GAZETA NORTE MINEIRA, 27.08.2014

Uma suposta briga em família, registrada na comunidade rural Brejo Mata Fome, em São João das Missões, no Norte de Minas, terminou com duas pessoas feridas gravemente por golpes de faca. Existe a hipótese de que o suspeito seja irmão de uma das vítimas. De acordo com a assessoria de comunicação da 11ª Região de Polícia Militar (RPM), uma denunciante acionou socorro afirmando que uma tentativa de assassinato teria acontecido e que os envolvidos seriam índios da comunidade Xacriabá. Era por volta de cinco horas da tarde, da última segunda-feira (25), quando homens da PM foram enviados ao local e logo encontraram as vítimas.

Paulo B.B., de 30 anos, e uma mulher, identificada pelas iniciais D.G.S., 22, apresentavam ferimentos graves ocasionados por facadas. Assim que fizeram o primeiro contato com D.G.S., militares descobriram que, além de vítima, a mulher era também a pessoa que havia chamado por socorro. Segundo a Polícia Militar, por motivos ainda desconhecidos, D.G.S. teria iniciado uma discussão com Gilvan B.B., que não teve a idade revelada. Os ânimos esquentaram e Gilvan teria passado a agredir fisicamente a envolvida.

Na tentativa de protegê-la, outro homem, supostamente irmão de Gilvan, teria se aproximado para impedir que as agressões continuassem. Também segundo a PM, nesse momento Gilvan armou-se com uma faca de cozinha. Ele atingiu D.G.S. uma vez na barriga e outra no peito e Paulo B.B. três vezes no peito, antes de fugir correndo. As vítimas foram levadas às pressas para uma unidade de saúde em São João das Missões. Por conta da gravidade dos ferimentos, a mulher foi levada para um hospital em Manga.

A PRISÃO

Depois de providenciarem o socorro, militares acionaram reforço policial e passaram a buscar pelo suspeito Gilvan. As características dele haviam sido divulgadas pela rede de rádios da Polícia Militar. Foram necessários apenas alguns minutos de rastreamento, até que militares encontraram e prenderam em flagrante o suposto agressor. Com ele a PM apreendeu uma faca. A arma branca estaria suja de sangue e teria sido usada no crime. Gilvan foi levado para uma delegacia em Januária, também Norte de Minas.



Sem água, indígenas de Paranhos querem bloquear a MS-295

SÍTIO SUL NEWS, 27.08.2014

Há quatro meses os indígenas da aldeia Cerro Corá ameaçam bloquear a MS-295

Os indígenas estão sendo obrigados a deslocar-se por vários quilômetros para apanhar água em minas ou em um córrego -

VILSON NASCIMENTO / A GAZETA NEWS

A comunidade indígena da Aldeia Arroyo Corá, situada a aproximadamente 45 quilômetros da cidade de Paranhos, ameaça bloquear o trânsito, por tempo indeterminado, na rodovia MS-295.

A manifestação é por conta da falta de água na reserva indígena, problema que já perdura quatro meses sem que o órgão responsável pela distribuição, ou seja, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) tome providências, segundo as lideranças locais

De acordo com o capitão (ou cacique) Dionísio Gonçalves, a bomba do único poço artesiano existente na aldeia estragou há 120 dias, a população da reserva está sobrevivendo sem água apropriada para o consumo humano.

Segundo Dionísio, sem água potável na torneira, as famílias estão sendo obrigadas a consumir água de lagoas acumulada após a chuva ou a se deslocar por vários quilômetros para apanhar água em minas ou em um córrego que passa na divisa entre a Aldeia Arroyo Corá e propriedades rurais.

"Acontece que esse córrego passa por lavouras e pastagens e acaba tendo a água contaminada por agrotóxicos e dejetos de animais. Em relação as lagoas de água da chuva existentes nas aldeias, que normalmente são usadas apenas para o consumo dos animais, com a falta de água nas torneiras, as famílias passaram a usar a água para lavar roupa, lavar louça, tomar banho e em alguns casos até para o consumo, feito que tem provocado doenças como diarreias e vômitos nas crianças, idosos e até mesmo nas pessoas mais jovens", disse o cacique.

Prazo até esta sexta-feira

Cansados de esperar por uma solução para o problema, a comunidade de Aldeia Arroyo Corá decidiu estabelecer um prazo até esta sexta-feira, dia 29 de agosto, para que a SESAI e as autoridades competentes apresentem uma solução para o problema.

"Queremos que o problema seja resolvido o mais rápido possível, por isso buscamos a ajuda de vocês da imprensa, para mostrar o grave problema, inclusive de saúde pública, que a falta de água está proporcionando em nossa aldeia. Caso até esta sexta-feira a SESAI e as autoridades

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

competentes não apresentem nenhuma solução, a comunidade já se decidiu, vai bloquear a rodovia e só vai liberar depois que o problema da falta de água for resolvido definitivamente”, disse Dionísio Gonçalves.

Segundo o líder guarani-kaiowá, a reivindicação da comunidade é que o poço hoje já existente seja colocado em operação de imediato e para que seja construído um novo poço para atender a demanda.

Segundo Dionísio Gonçalves, a Aldeia Arroyo Corá abrange uma área territorial de mais de 7 mil hectares, abriga 109 famílias e tendo uma população estimada em mais de 700 habitantes.



Professores e gestores debatem educação indígena em Feira

SÍTIO DE OLHO NA CIDADE, 27.08.2014

Seminário que aborda inclusão escolar ocorreu durante toda a semana.

“O índio teve que passar pelo embranquecimento desde a colonização”. Quem afirma isso é a professora mestre Rejane Cristine Santana Cunha durante conferência que integra a programação do VI Seminário – Formação de Gestores e Educadores do Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade, que acontece até esta sexta-feira, 29, na Fundação Senhor dos Passos.

O evento, de âmbito regional, reúne em Feira de Santana cerca de 150 professores e gestores de Educação de 49 municípios. É uma realização do Ministério da Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

O respeito à diversidade cultural indígena e a educação que preserve as particularidades foram o foco do segundo dia do seminário. “A educação imposta aos índios busca integrá-los à sociedade e não respeita as particularidades de sua cultura. O português, por exemplo, é a língua principal, quando deveria ser a segunda língua”, afirma Rejane Cunha.

Num segundo momento do evento, o advogado e professor mestre Matheus Ferreira Bezerra abordou o Estatuto da Criança e do Adolescente. “É preciso respeitar as diretrizes que o estado designa para resguardar as crianças”, defendeu o palestrante.

A recepção dos professores e gestores ficou por conta do Coral Emoções, do Centro de Convivência Isa e Almerinda. Durante a tarde, os profissionais debateram os preceitos atuais da Educação Ambiental. O tema foi abordado pela professora Laura Ribeiro da Silva, mestre em Educação Ambiental, e pela professora Dione Vieira Caribé, do Núcleo de Estudos em Educação Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana.

O objetivo do Seminário é contribuir para a orientação dos profissionais da educação, promovendo maior participação, acesso e aprendizagem significativa nas escolas públicas.

As informações são da Secom/PMFS.



Criança e adolescentes indígenas esfaqueiam e degolam professor

SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 27.08.2014

Um menino de 7 anos e cinco adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos, foram detidos nesta segunda-feira no município de Juruá, a 640 km de Manaus. Eles assumiram terem degolado e esfaqueado um professor de 42 anos. Segundo a polícia, o crime foi motivado por vingança porque um parente da vítima teria assassinado o pai da criança apreendida. Todos os suspeitos são índios da etnia Madijá Kulina.

O caso, segundo o delegado Daniel Trindade, foi descoberto somente no final da tarde, quando a tia de um dos suspeitos procurou a delegacia do município para contar a história. "Ela (tia) contou que o sobrinho chegou em casa muito alterado e visivelmente embriagado. Ao conversar com ele, o adolescente de 13 anos contou o que tinha feito com os outros colegas", contou Trindade.

Após tomar conhecimento do crime, o delegado apreendeu todos os cinco adolescentes e a criança. Em seguida, os policiais foram até uma área às margens do rio Juruá, onde o professor Roressi Madija Kulina, de 42 anos, que também é indígena, foi assassinado. No local a polícia encontrou a roupa da vítima e as facas usadas no crime.

"Quando conversamos com os garotos, ficamos horrorizados. O menino de 7 anos contou em detalhes como deu as duas facadas no professor. O adolescente de 17 anos foi quem decapitou a cabeça da vítima e os outros adolescentes ajudaram a esfaquear. Depois o corpo foi jogado no rio", explicou o delegado que acredita ser difícil localizar o corpo.

Os cinco adolescentes irão permanecer em uma cela da delegacia de Juruá e a criança já foi entregue aos avós maternos, pois ela não pode ficar detida. O caso será encaminhado para o Ministério Público Estadual (MPE), que decidirá se eles irão permanecer no município ou se serão encaminhados para Manaus.



Marcio Bittar faz caminhada em Rio Branco e sua vice Antonia Sales se reúne com ribeirinhos

SÍTIO A CRÍTICA DO ACRE, 27.08.2014

O candidato a governador do Acre, Marcio Bittar (PSDB), da Coligação por Um Acre Melhor, fez caminhada em Rio Branco na manhã desta terça-feira, 26, na avenida Nações Unidas, enquanto sua vice, a deputada estadual Antonia Sales (PMDB), está desde o final de semana subindo e descendo rios do Vale do Juruá. Uma das últimas comunidades visitadas por ela foi a São Salvador, no rio Môa.

Antônia Sales fez essa viagem pelos rios dos arredores de Cruzeiro do Sul na companhia do marido, o prefeito Vagner Sales (PMDB), e da filha, a médica Jéssica Sales (PMDB), candidata a deputada federal da Aliança por Um Acre Melhor. Eles são conhecidos na região por jamais deixarem de fazer esse périplo pelos rios, seja em tempo de eleição, ou fora dele.

A vice de Marcio Bittar fez pequenos comícios por toda a região esses dias e levou, além do nome do seu cabeça de chapa, o do candidato ao Senado, Gladson Cameli (PP), como ela também celebrado naquela região. "Foi muito bom o contato com essas pessoas agora como candidata a vice-governadora. Como deputada levava um tanto de esperança, agora como vice levo bem mais. Estou muito satisfeita em ser parceira de chapa do Marcio Bittar e ainda esta semana voltarei à região para continuar mantendo esse contato próximo com a comunidade", afirmou Antônia Sales.

Em Rio Branco o candidato a governador Marcio Bittar, mais animado com a campanha, que ganha uma adesão seguida da outra, além do carinho das pessoas na rua, voltou a fazer caminhadas com a militância. Desta vez foi na avenida Nações Unidas, entre o Sétimo Bec e o colégio Neutel Maia. Acompanhado duma militância numerosa e animada, conversou com comerciantes e transeuntes, de quem recebeu muito apoio. "Ajude a tirar nós desse buraco que virou o comércio de Rio Branco", disse um empresário do ramo de Auto Peças que pediu para não ter o nome citado, por motivos óbvios, segundo ele.

Às 11h Marcio Bittar foi ao Campus da Universidade Federal do Acre – Ufac, onde se encontrou com apoiadores. Depois foi ao Restaurante Universitário, onde almoçou com alunos e professores. Na tarde desta terça-feira Bittar e sua militância "ganham" as ruas do bairro Seis de Agosto para uma caminhada na rua principal da comunidade.

Nesta quarta-feira, 27, a agenda começa com uma caminhada pelo bairro Plácido de Castro, na Baixada da Sobral. Meio dia o candidato a governador concede entrevista para jornalistas dum diário internacional e depois entra para o estúdio para mais gravação de programas eleitorais.

Assessoria



Fórum reúne nesta quarta-feira produtores de mandioca do Agreste

SÍTIO INTERJORNAL, 27.08.2014

Evento é articulado por Arranjo Produtivo Local Mandioca e será realizado no município de Taquarana

Produtores de Mandioca do Agreste Alagoano vão participar, nesta quarta-feira (27), do Fórum da Mandioca, na cidade de Taquarana. O evento, que ocorrerá a partir das 9h, no auditório da Prefeitura Municipal, vai discutir a cultura da raiz com foco nas questões ambientais.

Durante o encontro, dois consultores do Sebrae/AL irão ministrar palestras. Uma abordará a fuligem originada das casas de farinha e as formas corretas de tratá-la, já a outra discutirá a questão do cooperativismo de crédito na realidade dos produtores da região.

Segundo a gestora do Arranjo Produtivo Local (APL) Mandioca no Agreste, Jeane Vilarins, a principal pauta para ocasião é a reestruturação do comitê gestor, que impulsionará mais ainda a produção e o desenvolvimento da área onde os produtores atuam.

“O comitê havia passado por algumas mudanças, inclusive com a saída de integrantes, mas com a reestruturação, poderemos ter uma melhor participação nos projetos do governo como o programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que valoriza os pequenos produtores”, explica.



ICMBio participa de seminário sobre manejo de áreas protegidas

SÍTIO JORNAL BRASIL, 27.08.2014

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) participou do 15º Seminário Internacional sobre Manejo de Áreas Protegidas. O evento aconteceu na cidade de Washington DC e no estado de Montana, nos Estados Unidos (EUA). O seminário foi realizado pelo Serviço Florestal Americano (USFS), Consórcio Internacional de Manejo de Áreas Protegidas e universidades de Montana, Idaho e Colorado.

A capacitação foi estruturada em torno de quatro temáticas principais: Planos Integrados de Áreas Protegidas; Envolvimento Comunitário; Turismo, Concessão e Manejo de Visitação e Manejo em Face às Mudanças Climáticas. Na ocasião, os participantes visitaram Florestas Nacionais dos EUA, conheceram o manejo de suas áreas e os principais trabalhos desenvolvidos pelo USFS.

O ICMBio enviou quatro servidores para representar os Parques Nacionais do Rio Novo (PA), da Chapada dos Guimarães (MT) e do Cabo Orange (AP). Eles conheceram os Parques Nacionais Yellowstone e Glacier, referências no país, discutiram a gestão deles com as equipes das unidades e conheceram políticas públicas relacionadas às áreas protegidas dos Estados Unidos. A intenção é aprender o que eles têm de melhor para aplicar nas Unidades de Conservação (UCs) brasileiras.

Ao todo, 30 pessoas de 20 países estiveram presentes, o que permitiu a troca de experiências e discussão dos diferentes contextos que as UCs fazem parte.

A atividade faz parte do plano de trabalho da parceria firmada entre o ICMBio e o USFS. O evento tem apoio da Cooperação Norte Americana (Usaid), no âmbito da parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para participar, os servidores foram selecionados pela Coordenação-geral de Gestão de Pessoas (CGGP/Diplan).

Segundo Cintia Brazão, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, onde é servidora, recebe mais de 100 mil pessoas por ano e está em plena fase de estruturação para visitação. "Com o seminário foi possível trocar conhecimento sobre turismo em áreas protegidas em diferentes lugares do mundo", relatou.

Saiba mais

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães foi criado em 1989, por meio de decreto federal, e tem uma área de 33 mil hectares entre Cuiabá e a Chapada dos Guimarães. Possui belezas cênicas e uma rica biodiversidade, contemplando diversas espécies da fauna e da flora do Cerrado.

Além de ser marcado pela diversidade de relevo, a UC faz parte da bacia hidrográfica do Alto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 150 / 2014

Brasília, 27 de agosto de 2014.

Paraguai, protegendo cabeceiras do rio Cuiabá, um dos principais formadores do Pantanal Matogrossense.

Fonte: ICMBio



Produção e consumo sustentáveis são tema de seminário em Brasília (DF)

SÍTIO JORNAL BRASIL, 27.08.2014

Agentes dos setores público e privado reúnem-se na quinta-feira (28), em Brasília (DF), para debater o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). O seminário é o segundo de uma série de debates realizados pelo país promovidos pelo Instituto Cidade Sustentável (ICS), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de Brasília (Fibra).

O evento tem como público-alvo gestores públicos, agentes econômicos, representantes da indústria, comércio e prestadores de serviços; representantes da sociedade civil; órgãos de proteção e defesa do consumidor; associações de classes empresariais e civis e instituto de estudos e pesquisas ligados às universidades;

Para o diretor do Departamento de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Ariel Pares, o evento servirá para colher subsídios para o segundo ciclo do plano, previsto para acontecer de 2015 a 2018. "Os debates se inserem nas parcerias do MMA que visam, entre outros pontos, à melhoria da eficiência ambiental no processo produtivo."

O presidente do Instituto Cidade Sustentável, Paulo Sérgio da Silva, explica que a novidade deste seminário é trazer o setor financeiro para o debate. Ele lembra que as instituições financeiras precisam estruturar suas políticas de responsabilidade socioambiental a partir da Resolução 4.327 de 25/04/2014 do Banco Central.

Os próximos eventos acontecem no dia 18 de setembro em Salvador (BA), 6 de novembro em São Paulo, 3 de dezembro em Belo Horizonte (MG) e em Manaus (AM), com data a definir. O primeiro ocorreu em maio, em Porto Alegre (RS).

Saiba mais

Os seminários são ferramentas de divulgação e adesão de todos os segmentos econômicos e sociais envolvidos no primeiro ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), que se encerra neste ano.

O PPCS possui os seguintes segmentos prioritários: educação para o consumo; compras públicas sustentáveis; agenda ambiental para a administração pública; aumento de reciclagem de resíduos sólidos; varejo sustentável e construções sustentáveis.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente